

# DOSSIÊ “DILEMAS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: HISTÓRICO, E CONSELHOS ESTADUAIS”

## APRESENTAÇÃO

É uma alegria para nós, a oportunidade de publicação na Revista Cadernos de Pesquisa da UFMA, que traz em suas edições, publicações relevantes e importantes para o campo educacional. Desta forma, o presente Dossiê visa socializar resultados de investigações desenvolvidas por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras da Rede Universitas/Br (<http://www.redeuniversitas.com.br/>). Eles fazem parte também do GT 11 – Política de Educação Superior da ANPEd, especificamente com o Subprojeto 3: Nova gestão pública e a reconfiguração da avaliação e da regulação da Educação Superior, acerca das temáticas: avaliação, regulação, normativas e Conselhos Estaduais de Educação e suas influências modeladoras

Contém estudos que abrangem temáticas sobre avaliação e regulação, histórico e normativas da Educação Superior, bem como pesquisa sobre o papel dos Conselhos Estaduais. Os artigos buscam contribuir com discussões e reflexões sobre a temática, com suas diversas e controversas nuances da avaliação e da regulação.

Ao longo dos anos houve uma profunda transformação em como é entendida e posta em prática avaliação e regulação da Educação Superior no Brasil e isso aponta a importância em analisar tais alterações em um contexto mais amplo, que se relaciona com a concepção, reforma e reestruturação das normativas. O SINAES define que os resultados da avaliação institucional são o resultado dos processos de regulação e supervisão da educação superior. No entanto, outras regulamentações e normativas vem sendo postas, conferindo complexidade nos processos de avaliação e regulação da graduação e pós-graduação no Brasil. Assim, os processos de regulação requerem estudos para serem compreendidas as formas e objetivos das avaliações, para que os critérios estejam em consonância com o real, o possível e o desejado como avaliação.

No Brasil, devido à extensão do território nacional, há uma regionalização das IES nos estados da Federação, as quais seguem as normativas legais dos Conselhos Estaduais de Educação e das Secretarias de Ensino Superior locais. No contexto brasileiro, os Conselhos Estaduais são os órgãos responsáveis pela definição das normas que devem ser seguidas na área educacional estadual, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, em consonância com as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Os processos de regulação e avaliação das Instituições de Ensino Superior Estaduais, Universidades, Faculdades e Centros de Ensino Superior, são normatizados pelos Conselhos Estaduais de Educação nos quais elas se

inserem, considerando as características regionais e autonomia dos Estados na esfera da Educação Superior que ofertam, em simultâneo, em que atendem as diretrizes emanadas do MEC e do Conselho Nacional de Educação, sobretudo os processos de avaliação e regulação previstos no Sinaes. Sobre a importância da IES estaduais para o desenvolvimento regional e de suas particularidades quanto como se organizam em relação à legislação nacional e estadual do ensino superior que ofertam, e, também, ao papel atribuído aos Conselhos Estaduais de Educação nos processos de regulação e avaliação da Educação Superior dos estados brasileiros, é que alguns pesquisadores do Eixo 3 da Rede Universidades/Br julgaram de extrema relevância a proposição deste Dossiê: Dilemas e Perspectivas da Avaliação e Regulação da Educação Superior: Histórico, Normativas e Conselhos Estaduais.

Nesse sentido, o Dossiê é composto por artigos que tratam das temáticas, com os seguintes autores e autoras: José Emílio Díaz Ballén (Colômbia), Marilda Pasqual Schneider (Brasil) e Camila Regina Rostirola (Brasil) com o artigo intitulado Avaliação da educação superior em perspectiva comparada, que analisa e compara o processo de avaliação da educação superior entre Brasil e Colômbia. Regilson Maciel Borges e Mary Ângela Teixeira Brandalise buscam, em uma perspectiva histórica, analisar a produção científica brasileira sobre as experiências de avaliação institucional publicadas em periódicos científicos na área da Educação ao longo da década de 1990. Andreliza Cristina, Ana Lúcia Cunha Duarte e Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert esperam contribuir para debates e estudos sobre a avaliação e regulação da pós-graduação stricto sensu, bem como para reflexões sobre o engajamento dos atores sociais integrantes dos programas e a responsabilização na construção de processos avaliativos democráticos e socialmente comprometidos. Fabíola de Jesus Soares Santana e Nadja Fonsêca da Silva trazem como proposta analisar o uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA a partir da regulação do Conselho Estadual de Educação – CEE/MA. Karen Cristina Jensen e Simone de Fátima Flach visam tecer considerações sobre como os Conselhos de Educação se constituíram no Brasil em cotejamento com a produção acadêmica sobre a temática. Joelma dos Santos Bernardes busca em sua pesquisa identificar as contribuições para a gestão educacional dos relatórios de Autoavaliação Institucional produzidos pela Comissão Própria de Avaliação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Clicia Buhner Martins, Elismara Zaias Kaile e Graciete Tozetto Goes apresentam um trabalho que visa compreender o papel do Conselho Estadual de Educação na avaliação e regulação do ensino superior no estado do Paraná, em entrevistas semiestruturadas com os representantes do Conselho Estadual de Educação. Maria Eliza Nogueira Oliveira e José Carlos Rothen objetivam identificar o paradigma que embasou a ação dos grupos responsáveis pela elaboração do sistema da avaliação da pós-graduação e compreender as influências e tendências internacionais, nacionais e locais presentes na

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

construção do cenário educacional brasileiro que possibilitaram a emergência da atual política de pós-graduação.

Salientamos, como toda proposta de estudo, ela não se esgota nas temáticas aqui apresentadas, sendo, a ousadia deste Dossiê propor caminhos e reflexões sobre os vários processos de avaliação e de regulação da Educação Superior.

Desejamos a todos e todas que apreciarão o Dossiê, uma ótima leitura.

Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte  
Profa. Dra. Andreliza Cristina Souza  
Profa. Dra. Joelma dos Santos Bernardes  
Organizadoras